

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 COMO REFLEXO DA DISPUTA DE PROJETO DE NAÇÃO PARA O BRASIL

Civil-military coup of 1964 as reflection of national project dispute for Brazil

Valmor João Umbelino¹

Cesar A. Jungblut¹

Resumo: O presente artigo é uma revisão bibliográfica da conjuntura política brasileira do início da década de 1960, cujo objetivo é contribuir com elementos para a leitura do atual momento sociopolítico e econômico do país, caracterizado por conflitos próprios da luta de classes. Conflitos, estes, muito parecidos com os conflitos ocorridos no início da década de 1960, por ocasião, tanto da posse de João Goulart quanto, posteriormente, do golpe que o tirou da presidência.

Palavras-chave: Golpe Civil-militar de 1964. Governo João Goulart. Movimento Sindical.

Abstract: This article is a literature review of the Brazilian political conjuncture of the early 1960s, whose goal is to provide elements for reading the current socio-political and economic climate of the country, characterized by its own conflicts of class struggle. Conflicts, these, very similar to the conflicts in the early 1960s, when both the possession of João Goulart as later the coup that took the presidency.

Keywords: Civil-military coup of 1964. João Goulart Government. Trade Union Movement.

Introdução

O tema abordado, neste artigo, se insere na área de concentração da “história do tempo presente”. Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a conjuntura política do início da década de 1960, em torno da disputa de um projeto de nação que resultou, em 1964, em um golpe civil-militar, a partir do qual se instalou um regime de exceção que perdurou por 21 anos.

A relevância do estudo consiste em contribuir com elementos para a leitura do atual momento sociopolítico e econômico do país, caracterizado por conflitos próprios da luta de classes, muito parecidos com os conflitos ocorridos no início da década de 1960.

Conforme a bibliografia pesquisada, discorre-se sobre o tema a partir do olhar da luta de classes no país, inserida no contexto da Guerra Fria, com a polarização mundial entre um bloco capitalista e outro socialista. As relações diplomáticas estabelecidas por João Goulart com países do bloco socialista desde o período em que ocupava a Vice-Presidência do governo Jânio Quadros, somadas às suas relações com entidades sindicais de esquerda e a defesa de reformas de base de cunho nacional-desenvolvimentista que sustentava desde 1958, quando era Vice-Presidente no governo do Presidente Juscelino Kubitschek, impuseram-lhe um forte movimento de oposição por setores conservadores, tanto civis – religiosos, políticos, intelectuais e empresários – quanto militares. Sob a alegação de impedir que se instalasse no Brasil um regime comunista, a exemplo do que ocorreu em Cuba com a Revolução de 1959, ou uma República Sindicalista de esquerda, utilizando-se de estratégias culturais e, por último, militares, deflagraram um movimento que não restou a João Goulart, na sua compreensão, outra alternativa senão a de renunciar à Presidência, a fim de evitar uma possível guerra civil.

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

O golpe civil-militar de 1964 como reflexo da luta de classes

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo passou a viver e sofrer as mazelas dos conflitos causados pela divisão em dois blocos de países, cada um com seu projeto ideológico (político, econômico e cultural) distinto. Um capitaneado pelos Estados Unidos da América (EUA), o bloco capitalista, e o outro, comunista, capitaneado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Essa polarização de disputas ideológicas se materializou na denominada Guerra Fria e determinou processos políticos em várias partes do mundo, desde intervenções militares até a promoção e financiamento de conflitos internos, sobretudo nos chamados países do terceiro mundo.

No Brasil, foco prioritário da atenção dos EUA no continente latino-americano, a decisão do então Presidente João Goulart em deixar o governo para as forças nacionais e internacionais golpistas, atreladas ao bloco capitalista, foi o que determinou o não desencadeamento de uma guerra civil. Não por acaso, que o governo dos EUA reconheceu, de imediato, o governo militar do ditador Marechal Humberto Castelo Branco. Como contrapartida, empossado em de abril de 1964, uma das primeiras medidas do governo Castelo Branco foi a reorientação da política externa brasileira, seja com o rompimento das relações diplomáticas com Cuba, seja com a revogação das medidas protecionistas de remessa de lucros que haviam sido editadas por João Goulart (REIS, 2014).

O enorme sentimento anticomunista já existente na sociedade brasileira (a ponto de Vargas utilizá-lo para justificar a implantação da ditadura do Estado Novo) foi aprofundado por amplos setores da sociedade civil e militar no pós-Guerra. Conforme José Roberto de Souza Dias (1989), os “praças” – militares da FEB (Força Expedicionária Brasileira) – ao retornarem da Europa depois de meses convivendo com franceses e, sobretudo, norte-americanos nos campos de batalha, trouxeram, além da experiência da guerra, a convicção da divisão do mundo em dois blocos e, certamente, também a convicção de qual dos blocos deveriam apoiar e defender.

Os oficiais da Força Expedicionária Brasileira – antes mesmo de retornarem da Europa – foram induzidos a crer na bipolaridade do mundo e na inevitabilidade de uma guerra entre o Ocidente e o Oriente. A guerra fria que se seguiu ao conflito mundial ampliou tal equívoco e rompeu com os tradicionais conceitos de inimigos e de limites. As fronteiras deixaram de ser geográficas e tornaram-se ideológicas e os inimigos passaram a ser os próprios cidadãos, na medida em que através de um raciocínio curto e limitado consideravam que quem não estava a favor estava indubitavelmente contra. (DIAS, 1989, p. 8).

Com esse sentimento e convicção criaram, em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG), nos moldes da norte-americana “National War College”, mas com a diferença de não se limitar à formação da oficialidade militar, e sim, também “à formação ideológica das elites civis”. Função que foi ampliada, ainda em 1949, para o desenvolvimento de metodologias de análise e interpretação de “fatores políticos, econômicos e militares”. (FAUSTO 2010, p. 452).

Outro importante acontecimento com repercussão no fortalecimento da cultura anticomunista brasileira foi a vitória da Revolução Cubana, no final da década de 1950. A bem-sucedida revolução e, posteriormente, a adoção do socialismo como sistema de governo, motivou lideranças sindicais, camponesas e estudantis, assim como intelectuais, políticos e outros, que em vários países latino-americanos passaram a vislumbrar a possibilidade de processos semelhantes em seus países. A leitura de que, assim como Cuba, um pequeno país na ilha do Caribe, com economia basicamente agrária e péssimos indicadores sociais, governado por uma ditadura

militar, conquistou sua emancipação, ainda que a partir de um levante nacional-popular contra o ditador Fulgêncio Batista, por que não em outros países poderia ocorrer o mesmo?

Para os militares que criaram a ESG, as Forças Armadas deveriam se preparar para impedir qualquer movimentação de ameaça à ordem social, política e econômica brasileira com a intenção de instalar um regime comunista no país.

[...] a guerra revolucionária [a exemplo da revolução cubana], cujo objetivo final seria a implantação do comunismo, abrangia todos os níveis da sociedade e usava como instrumentos desde a doutrinação e a guerra psicológica até a luta armada. Por isso mesmo, era necessário opor a ela uma ação com a mesma amplitude. (FAUSTO, 2010, p. 452).

Ameaça que, na bibliografia pesquisada, não encontrava qualquer respaldo nas ações e/ou mesmo intenções de João Goulart, ainda que sobre ele pairasse, “desde os tempos em que foi ministro do trabalho de Vargas (1953-1954), fortes acusações de proximidade com os comunistas, por conta de seus diálogos e negociações com o movimento sindical”, conforme escrevem Ferreira e Castro Gomes (2014, p. 27). Além da história política do trabalhismo brasileiro indicar diferenças profundas entre as concepções do nacional desenvolvimentismo reformista e o regime comunista, o que Goulart pretendia com as reformas de base era tão somente melhorar as condições de vida das camadas oprimidas mediante reformas estruturais, porém, sem qualquer menção ou intenção em alterar o regime, tal qual descreve Fausto (2010, p. 448):

É fácil perceber que as reformas de base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista. Eram apenas uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país, a partir da ação do Estado. Isso, porém, implicava uma grande mudança à qual as classes dominantes em geral, e não apenas os latifundiários como se pensava, opuseram forte resistência.

Goulart foi empossado Presidente em setembro de 1961, com poderes limitados pelo Parlamentarismo em um cenário político conturbado e a economia fora de controle, marcada pela alta taxa de inflação, dívida externa, queda do PIB e arrocho salarial, além da polarização social e política entre prós e contra a seu governo. Contexto a partir do qual emergiu e/ou fortaleceu em setores intelectuais e políticos brasileiros, a defesa do nacional desenvolvimentismo reformista como alternativa. Desenvolvimentismo que requeria o fortalecimento da indústria nacional e reformas estruturais, entendidas por Goulart como reformas de base. Propostas que suscitaram nas camadas politizadas dos trabalhadores, sobretudo aquelas organizadas institucionalmente no campo das esquerdas, tanto do Partido Comunista Brasileiro quanto de uma ala do PTB², um forte sentimento anti-imperialista estadunidense. A predisposição conservadora de grande parte da população brasileira, no entanto, em especial da classe média alta, foi amplamente explorada pelas elites econômicas e políticas nacionais e internacionais, fazendo emergir um comportamento de demonização do comunismo.

A compreensão e defesa de João Goulart em torno das necessárias reformas constitucionais, denominadas reformas de base, como forma de atacar os grandes problemas que impediam o país de crescer economicamente e, ao mesmo tempo, garantir melhorias equivalentes a todos os setores da população brasileira eram interpretadas, tendenciosamente, como indícios das pretensões de Jango ao comunismo.

² A denominada ala esquerda ou ala radical do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro – era formada por petebistas históricos, como Leonel Brizola, e ex-militantes do Partido Comunista Brasileiro que migraram para o PTB após o PCB ser colocado na ilegalidade, em 1947.

Genealogia do golpe

O governo Jânio Quadros e a crise da posse

Sem uma base político-partidária consistente³, Jânio Quadros foi eleito presidente em outubro de 1960 com o apoio da UDN, tendo como vice João Goulart (PTB), da chapa governista e derrotada⁴. Tomaram posse no dia 31 de janeiro de 1961 em uma grave conjuntura nacional de crise financeira, marcada por inflação alta, déficit na balança comercial, elevada dívida externa, contraídas em grande parte para o financiamento do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubistchek, e uma forte onda de greves deflagradas desde o ano de 1959, devido aos baixos salários.

Embora tenha estabelecido acordos com o FMI – Fundo Monetário Internacional – e adotado medidas extremamente ortodoxas no campo da política econômica, isto é, monetarista, com austera restrição ao crédito e incentivo às exportações, o que desagradava em muito o setor industrial, além do congelamento de salários, foi na política externa independente, sobretudo em relação aos Estados Unidos, a razão de gerar os enormes descontentamentos e oposição ao seu governo (FERREIRA; CASTRO GOMES, 2014; REIS, 2014).

A fim de buscar a expansão do mercado consumidor externo aos produtos brasileiros, além da criação da lei antitruste e da regulamentação da remessa de lucros por multinacionais para o exterior, Jânio Quadros passou a investir na ampliação das relações diplomáticas com os países do bloco comunista, alterando, radicalmente, os rumos da política externa brasileira. Com uma política externa independente, sobretudo em relação à histórica relação diplomática tutelada pelos interesses dos Estados Unidos, restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética (URSS) e com a China. Condecorou, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, o cosmonauta soviético Yuri Gagarin e Ernesto Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana. Com essas e outras iniciativas Jânio se potencializava às pressões e isolamento político pelas elites nacionais, tanto civis quanto militares, que se mantinham sintonizadas e comprometidas com os interesses do bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos.

Segundo Ferreira e Castro Gomes (2014), a este cenário somou e, possivelmente tenha se constituído no principal motivo do isolamento e oposição, a decisão de criar “as chamadas comissões de sindicância”, cujo objetivo era a moralização da gestão pública. Ao investigar vários órgãos e institutos do governo federal, as Comissões apuraram vários “delitos contábeis, superfaturamentos, licitações fraudulentas, favoritismos etc.” e o envolvimento de parlamentares de vários partidos. Ao contrário do que esperava, a aprovação popular foi inferior à reação contrária demonstrada pela maioria dos políticos, tornando-se inviável a governabilidade. Sem base consistente para sua defesa no Congresso Nacional e com os dois maiores partidos, PSD e PTB, a esta altura desejando-o longe da presidência, não teve parlamentar que se dispusesse intermediar uma tentativa de diálogo e negociação para mantê-lo no cargo.

Com as pressões e o isolamento, inclusive por parte da UDN, principal aliado no processo eleitoral, mas que tem em sua “composição genética” a predisposição para interromper percursos democráticos quando seus interesses não são atendidos, Jânio Quadros tenta uma perigosa manobra de cooptação da sociedade a fim de obter o apoio do Congresso. Esta, segundo vários autores, seria a intenção de Jânio ao anunciar a renúncia no dia 25 de agosto de 1961,

³ Jânio Quadros, governador do estado de São Paulo, teve sua candidatura lançada à Presidente pelo pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN), coligado a outros três, também pequenos: o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Republicano (PR).

⁴ O candidato do PSD era o Marechal Lott. Além dele, Ademar de Barros concorreu como candidato do PSP – Partido Social Progressista, a 4ª maior sigla do país e a maior do estado de São Paulo entre 1947 e 1965.

sete meses após a posse. Ou seja, não era intenção de Jânio abandonar o governo, mas receber o apoio da população, que deveria ir às ruas pedir a sua permanência. Sua aposta se baseava na avaliação, de certa forma verdadeira, de que as Forças Armadas e segmentos civis das elites nacionais, políticas e empresariais não permitiriam posse de João Goulart na Presidência. (FERREIRA; CASTRO GOMES, 2014). Ao colocar o apoio do Congresso Nacional como condição para sua permanência, Jânio se fortaleceria politicamente sob a tutela do povo. A resposta a esse possível gesto teatral produzido pelo Presidente não saiu conforme o planejado e, assim, a renúncia acabou se efetivando (REIS, 2014).

Com seu plano frustrado e, talvez, esperançoso de uma possível revisão no processo de aceitação da renúncia pelo Congresso ou, mesmo, pelo fato de não querer ser sucedido pelo Vice, Jânio Quadros se reúne com os ministros militares e os orienta a formar uma Junta Militar. (FERREIRA; CASTRO GOMES, 2014).

Consumada a renúncia e o vice, João Goulart, em visita oficial à China, a Presidência da República foi assumida, interinamente, pelo Presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, da ala conservadora do PSD. A condução do processo de transição, entretanto, foi assumida, de fato, pela Junta Militar, coordenada pelo Ministro da Guerra, Odílio Denys que, imediatamente, desencadeia um processo de resistência à posse de Jango. A essa atitude explícita de infringência à Constituição Federal levantaram-se vozes contrárias nos mais variados estratos da sociedade. Instalou-se, dessa forma, o que ficou conhecido como a “crise da posse”.

A primeira tentativa de golpe contra João Goulart

Assim como em outros períodos da história do país, as elites não demoraram em agir na defesa dos interesses do capital especulativo nacional e internacional, porém, sob o discurso da segurança nacional contra as ameaças do comunismo. Como relata Reis (2014), assim como tentaram impedir a posse de JK em 1955, identificando-o como uma espécie de “fantasma do grande líder [Getúlio Vargas], cujo suicídio imaginavam ter enterrado a tradição nacional-estatista”, de quem João Goulart também foi Vice-Presidente, articularam-se em torno da Junta Militar que fora fomentada por Jânio Quadros, na tentativa explícita de golpe de estado.

Para surpresa dos golpistas, a sociedade civil se organizou em torno da defesa da legalidade constitucional. Sob a liderança do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, desencadeou-se, em âmbito nacional, um forte movimento em defesa da posse, denominado Cadeia da Legalidade.

Com os equipamentos da Rádio Guaíba confiscados e instalados no Palácio Piratini, Brizola mobilizou a população de todo o país em defesa da posse, especialmente da Grande Porto Alegre, RS. Ao saber da decisão da Junta Militar em depô-lo, utiliza a rádio para convocar a população em defesa da legalidade, única alternativa que tinha naquele momento para tentar derrotar os ministros militares e o poderoso III Exército, comandado pelo general Machado Lopes. Ao chegar nas imediações do Piratini para cumprir a missão que lhe fora atribuída, Machado Lopes se depara com cerca de 100 mil pessoas gritando palavras de ordem em defesa da legalidade e de Brizola. No momento em que é visto, a população começa a entoar o Hino Nacional. Atitude que faz com que Machado Lopes se renda e anuncie a decisão de aliar-se a Brizola e ao povo em defesa da posse. Vitória da democracia e, sobretudo, da ousadia e determinação política de um jovem governador de 39 anos (FERREIRA e CASTRO GOMES, 2014).

Para evitar uma guerra civil, a alternativa negociada com a Junta Militar foi a substituição do Presidencialismo pelo Parlamentarismo, o que ocorreu mediante uma Emenda Constitucional. João Goulart é, então, empossado Presidente da República no dia 7 de setembro

de 1961, porém, com os poderes reduzidos a chefe de estado. A chefia de governo passaria ser exercida pelo Primeiro Ministro, cargo assumido por Tancredo Neves, do PSD (FAUSTO, 2010; REIS, 2014).

Da posse ao golpe

João Goulart⁵, também conhecido por Jango, foi, então, empossado Presidente em um cenário de hostilidade política, crise econômica e com os poderes reduzidos pelo golpe constitucional, que substituiu o regime Presidencialista pelo Parlamentarista. Mudança que deveria ser avaliada pela população através de Plebiscito a ser realizado em 1965, mas que acabou antecipado para janeiro de 1963, quando o retorno ao Presidencialismo foi aprovado por 9,5 milhões de brasileiros, 77,23% dos votos (12,3 milhões). (FAUSTO, 2010; GASPARI, 2014).

Restituído o Presidencialismo, Jango, agora somando as chefias de estado e de governo, começa, ou, ao menos tenta colocar em prática suas propostas. Inicia pelo combate à grave crise econômica, com um enorme déficit nas contas públicas, inflação em alta⁶ e insatisfação de todos os extratos sociais, sobretudo da classe trabalhadora, por conta do arrocho salarial, com centenas de greves desde 1959, e organizações rurais pleiteando urgência na reforma agrária (FAUSTO, 2010, FERREIRA; CASTRO GOMES, 2014).

Sob a coordenação de Celso Furtado, lançou o Plano Trienal. O objetivo era fomentar o crescimento econômico, combater à inflação e implementar um conjunto de reformas sociais, tendo em vista melhorar a vida da “pátria dos oprimidos”⁷. Além da reforma agrária, pretendia alterar a estrutura social urbana, a educacional, a tributária, a eleitoral, entre outras medidas sociais e administrativas, denominadas por ele de reformas de base.

O plano econômico dependia da colaboração dos setores que dispunham de voz na sociedade. Essa colaboração mais uma vez faltou. Os beneficiários da inflação não tinham interesse no êxito das medidas; os inimigos de Jango desejavam a ruína do governo e o golpe; o movimento operário se recusava a aceitar restrições aos salários; a esquerda via o dedo do imperialismo por toda parte. Os credores externos mostraram-se reticentes na viagem que San Tiago Dantas realizou a Washington em março de 1963, alcançando magros resultados. Em meados daquele ano, tornou-se claro que o plano tinha fracassado.

[...] Em demonstração de que não pretendia seguir um caminho radical na política financeira, Goulart nomeou uma figura conservadora para o Ministério da Fazenda – o ex-governador de São Paulo, Carvalho Pinto. A partir de meados de 1963, a radicalização das diferentes posições cresceu. (FAUSTO, 2010, p. 455).

Com as classes dominantes determinadas a não pouparem esforços para inviabilizar o seu governo, Goulart, embora reconhecido como homem do diálogo e da conciliação, não conseguiu a necessária e esperada colaboração. Três meses após a implantação, o Plano Trienal foi abandonado (REIS, 2014). Com o fracasso do plano veio, também, o agravamento da crise, tanto econômica quanto política e social. A fim de conquistar a confiança de parte da direita, Jango recua na política econômica e nomeia para o Ministério da Fazenda um nome oposto à concepção desenvolvimentista: Carvalho Pinto, ex-governador de São Paulo e de grande

⁵ João Belchior Marques Goulart, nascido no dia 1º de março de 1918, em São Borja, RS, fronteira com Argentina e terra natal de Getúlio Vargas. Filho de um rico estancieiro, Jango assumiu, antes dos 25 anos, a atividade pecuária, o que lhe garantiu fortunas, chegando a ter, no RS, mais de trinta mil cabeças de gado. (MONIZ BANDEIRA, 2010).

⁶ Inflação de 75% em 1963 e a previsão de chegar a 140% em 1964.

⁷ Segundo Moniz Bandeira (2010), em discurso registrado pelo Diário de Notícias, no 1º dia de fevereiro de 1964, Jango se refere à existência de “duas pátrias” no Brasil, “uma, a dos privilegiados, e outra, a dos oprimidos”.

prestígio político. Com a insatisfação advinda da área econômica, marcada pela inflação alta e arrocho salarial, assim como pela situação de conflitos no campo, o nome escolhido para conduzir a política econômica revoltou ainda mais as esquerdas, que pleiteavam o nome de Leonel Brizola. Ferreira e Castro Gomes (2014, p. 220) afirmam que, mesmo encampando e conseguindo a aprovação, pelo Congresso Nacional, de propostas que eram defendidas pelas esquerdas, como a “regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, [e além de ter recusado as] duras condições impostas pelo FMI para negociar a dívida externa brasileira”, Carvalho Pinto era alvo sistemático de agressões políticas deferidas pelas esquerdas. Além disso, aumentaram, também, os protestos da classe trabalhadora organizada, do campo e da cidade. No campo, tanto os assalariados como os posseiros, meeiros e pequenos proprietários ligados às Ligas Camponesas passaram a agir de forma mais agressiva na defesa de suas reivindicações, não só com paralisações e manifestações em várias regiões do Brasil⁸, mas, inclusive, com ocupações de terras, sobretudo após a rejeição, pelo Congresso Nacional, em outubro de 1963, da PEC – Projeto de Emenda Constitucional – “que autorizava a desapropriação de terras sem prévia indenização”. (FAUSTO, 2010, p. 459). Bandeira que era defendida pelos movimentos de trabalhadores rurais ligados às Ligas Camponesas, organizadas por Francisco Julião, e por setores radicais ligados à Igreja Católica. (MONIZ BANDEIRA, 2010).

Nas categorias profissionais urbanas também se intensificaram as greves, sobretudo, nas grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro⁹. Ainda em outubro de 1963, em São Paulo, ocorreu a chamada greve dos 700 mil, a última grande paralisação operária desvinculada especificamente da disputa política antes da queda de Jango. (GIANOTTI, 2007; FAUSTO, 2010)¹⁰.

Frente a este cenário de descontentamentos e manifestações – greves e ocupações – Jango, sob a justificativa de garantir a ordem, tenta, sem sucesso, em outubro de 1963, a decretação do estado de sítio por trinta dias. Tentativa que é reprovada não só pelas elites, mas, também, pelas organizações dos trabalhadores, afirma Fausto (2010).

Para a direita, a iniciativa significou mais um argumento a ser usado contra João Goulart e, portanto, justificativa ao longo processo de desestabilização que vinha sendo implementado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Segundo René Armand Dreifus (1981, citado por MANFREDI, 1986), havia uma campanha de propaganda ideológica bem articulada com o objetivo de preparar o golpe, utilizando-se de todos os meios possíveis, desde a produção e distribuição de cartilhas e estudos socioeconômicos até a promoção de cursos de lideranças sindicais e comunitárias não só no país, mas também os levando para o exterior. As oligarquias civis nacionais formadas por latifundiários, grandes empresários e segmentos conservadores da igreja católica, juntamente com setores militares brasileiros, movidos pela Doutrina de Segurança Nacional, com o apoio de organismos internacionais, mais especificamente do governo dos Estados Unidos, desencadearam um amplo processo destinado a aprofundar o sentimento anticomunista na sociedade brasileira mediante atividades promovidas e/ou financiadas pelo IPES, o IBAD e a própria ESG (Escola Superior de Guerra), conforme relata Moniz Bandeira (2010, p.174).

Esses empresários articularam o radicalismo de direitas e patrocinaram a criação e o funcionamento de entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), em estreito contato com a CIA, que lhes forneceu orientação, experiência e mesmo recursos financeiros, abundante-

⁸ Segundo Fausto (2010, p. 459), “particularmente na Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais e em Goiás”.

⁹ Segundo Moniz Bandeira (2010, p. 301), enquanto que em todo o ano de 1963, no Rio de Janeiro foram realizadas 50 greves, só em 15 dias do mês de janeiro de 1964 foram 17 paralisações.

¹⁰ Com alguns dias de paralisação, sobretudo de trabalhadores metalúrgicos, químicos, de papel e papelão, “conseguiram aumento de 80% dos salários”. (FAUSTO, 2010, p. 459).

mente, no esforço de corrupção e de intrigas, para influir nas eleições, impor diretrizes ao congresso, carcomer os alicerces do governo e derrocar o regime democrático.

Ao mesmo tempo em que veiculavam o sentimento de ameaça à democracia e os riscos do comunismo em todos os setores da sociedade, família, igreja etc., esses organismos reproduziam o discurso que justificavam ações para manter a ordem nacional, a democracia e as liberdades individuais e, portanto, fazendo-se necessário impedir a continuidade do governo João Goulart. (DREIFUS, 1981 apud MANFREDI, 1986).

Moniz Bandeira (2010) afirma que entre 1962 e 1964 o IPES gastou entre 220 e 300 mil dólares por ano com militares para, clandestinamente, investigar a possível presença de comunistas no governo Goulart. Com recursos de empresas estadunidenses e do governo norte-americano, assim como também de políticos e empresas alemães, investiu altíssimas somas em dólares em meios de comunicação – jornais e campanhas publicitárias – e na campanha eleitoral de 1962, quando a direita se fortaleceu em sua representação no Congresso Nacional.

Preocupado com as pressões que se avolumavam sobre o Presidente e, consequentemente, com as possibilidades de sentir-se ameaçado e, com isso, recuar nas necessárias reformas de base, Leonel Brizola, agora deputado federal pelo estado da Guanabara, protagonizou, mais uma vez, um amplo movimento de resistência popular. A partir do programa que tinha todas as sextas feiras, no horário das 21 horas, na Rádio Mayrink Veiga, denominado Cadeia do Esclarecimento, quando informava a população do cenário político e econômico nacional e internacional, fomentou a criação dos Grupos dos Onze Companheiros¹¹. (FAUSTO, 2010; PACHECO, 2014).

Segundo Pacheco (2014), na edição do Panfleto – veículo de comunicação impressa oficial dos G11 – do dia 23 de março de 1964, Brizola expõe o sucesso e expansão dos Grupos, estimando a meta de 100.000 em todo o país até junho ou julho daquele ano. Estimativa jamais alcançada, pois o golpe civil-militar deflagrado no final daquele mês de março desarticulava completamente os G11, sem qualquer reação. Caía por terra, assim, as hipóteses levantadas pelos militares ou, talvez, meras justificativas para as ações golpistas que vinham sendo produzidas desde a posse de Goulart.

Sentindo-se atacado pelas esquerdas, especialmente por Brizola, Carvalho Pinto, Ministro da Economia, renuncia. Goulart sabia que a indicação de Brizola para a pasta, como queriam as esquerdas, acirraria ainda mais a polarização e oposição ao seu governo. Opta por uma alternativa de possível neutralidade entre esquerdas e direitas radicais: Nei Galvão, um funcionário de carreira do Banco do Brasil. Segundo relata Ferreira e Castro Gomes (2014), a objeção ao nome foi quase que unanimidade, do empresariado e ala menos radical do PTB aos setores mais radicais das esquerdas.

Da parte dos empresários, o recado veio através do funcionário do Ministério do Trabalho e muito próximo de Jango, Hugo de Faria. “Você pode dizer que eu e todos os elementos da Federação das Indústrias de São Paulo e bancos estamos contra o governo”. (FERREIRA; CASTRO GOMES, 2014, p. 222).

Falando pelas esquerdas, Leonel Brizola lança uma nota na imprensa demonstrando a fragilidade do Presidente também entre a classe trabalhadora para conduzir seu governo a partir de então, final de 1963.

¹¹ Em referência a um time de futebol, eram organizações formadas por onze cidadãos a partir dos locais de trabalho ou de lazer, onde debatiam questões políticas relacionadas à defesa dos projetos de transformação social que eram veiculados por Brizola.

Muitos companheiros estão considerando que a nomeação do sr. Nei Galvão para o Ministério da Fazenda só pode significar o desinteresse do presidente da república, sr. João Goulart, para uma revisão dos rumos de seu governo, através da concretização de um programa popular e nacionalista, conforme vem sendo reclamado pelo povo brasileiro, que não tem mais como suportar a brutal elevação do custo de vida e o agravamento da inflação e da crise econômica. (Última Hora, 21 de dezembro de 1963, p. 4 apud FERREIRA; CASTRO GOMES, 2014, p. 222).

A governabilidade estava ameaçada, portanto, não só pela polarização entre direitas e esquerdas, mas, inclusive, no campo das esquerdas. Com o acirramento do agrupamento político liderado por Leonel Brizola, Miguel Arraes e Carlos Prestes, o petebista San Tiago Dantas tenta reunir os parlamentares favoráveis às reformas de base, formando a Frente Progressista (FP). Brizola, por sua vez, articulava os setores mais radicais da esquerda em torno da Frente de Mobilização Popular (FMP).

Goulart estava, portanto, diante de um complexo tabuleiro político: ignorar tanto a FP quanto a FMP ou optar por uma das duas. Qualquer lance naquele momento poderia justificar ações de radicalização contrárias ao seu governo. Ainda que conhecido como conciliador, Goulart também começava a ter presente a dimensão dos enfrentamentos entre o que considerava as “duas pátrias”. E Goulart, escreve Moniz Bandeira (2010, p. 302), “ficaria com a dos oprimidos, apesar de pertencer à dos privilegiados”. Essa também é a interpretação de Ferreira e Castro Gomes quando Jango decidiu, com as entidades da FMP, realizar o Comício da Central do Brasil.

Entre as Forças Armadas, as reações contrárias ao governo também não tardaram a se explicitarem. Ao cenário de agitações sociais, econômicas e políticas e as desconfianças em relação às verdadeiras intenções do Presidente com a tentativa de decretação de estado de sítio, em outubro de 1963, somou a tolerância e o apoio que dava aos movimentos “parassindicais” dos fuzileiros e oficiais da marinha que, sob a liderança do Cabo Anselmo e organizados com a tutela do PCB, pleiteavam direitos (FAUSTO, 2010 e GASPARI, 2014).

Reconhecendo que por meio do diálogo e da conciliação de classe, opção já há muito criticada por alguns, principalmente por Brizola, dificilmente conseguiria aprovar as reformas de base, Jango, seguindo a sugestão de um pequeno grupo, optou, no início de 1964, “por um rumo que se revelou desastroso”. (FAUSTO, 2010, p. 459). Com o apoio de setores militares e do movimento sindical passaria a governar por decretos, ao menos no que se referia às reformas de base. Para isso, conclamaría a população apoiá-lo. Decisão, segundo Ribeiro (2013), tomada em janeiro de 1964, no Palácio das Laranjeiras, em conjunto com a Frente de Mobilização Popular¹². Para isso, seria realizado o comício do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro.

Realizado o comício, que deve ter reunido entre cento e cinquenta e duzentas mil pessoas e anunciada a decisão de realizar as reformas de base – agrária, eleitoral, educacional, urbana e tributária – as elites conservadoras do país responderam colocando nas ruas de São Paulo, no dia 19 do mesmo mês, três vezes mais o número de pessoas. Ato que ficou conhecido como a Marcha da Família com Deus e a Liberdade.

¹² Organização extraparlamentar fundada em 1962 por Leonel Brizola e Sérgio Magalhães, que além de parlamentares da Frente Parlamentar Nacionalista – organização interpartidária criada em 1956, com o objetivo de defender propostas do nacional desenvolvimentismo e combater propostas voltadas aos interesses do capital estrangeiro – reunia entidades do movimento estudantil, popular e sindical, mais especificamente as que eram ligadas ao Comando Geral dos Trabalhadores, em defesa das reivindicações populares.

Na sequência, após vários outros incidentes envolvendo militares que reivindicavam direitos, a participação de Jango em uma reunião com militares de baixa patente das Forças Armadas, especialmente da Marinha, no dia 30 de março de 1964, no salão do Automóvel Clube do Rio de Janeiro, foi o que faltava para soar o gongo nos quartéis comandados por “antijanguistas” conclamando a assumirem a defesa do país contra o comunismo e o caos que se instalava (CHAGAS, 1985, GASPARI, 2014; REIS, 2014).

Ainda que recorrendo ao apoio contra as forças golpistas até as últimas horas do dia 31 de março, as esperanças de Goulart caíram por terra após telefonema ao Comandante do II Exército, em São Paulo, o general Amauri Kruehl, seu compadre e amigo. Segundo relata Chagas, Kruehl orientou Goulart exonerar os ministros de esquerda, como Darcy Ribeiro e Abelardo Jurema, abandonar as ditas ideias reformistas e as relações com os comunistas representados pelo CGT, além da UNE, associações profissionais e movimentos populares, denominadas por Jango de “forças populares”.

“Preciso e conto com você, Amaury”.

“Livre-se do CGT, prenda seus líderes, declare-se democrata e pare de ameaçar o Congresso, Jango”.

“Sou um homem político, Amaury. Tenho compromisso com os partidos e não posso abandoná-los por força de pressões e golpes militares. As forças populares me apoiam e não vou deixá-las na mão”.

“Então não posso fazer. É opinião dos generais aqui presentes”. (CHAGAS, 1985, p. 33).

Sugestão semelhante também lhe foi apresentada pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, pessoalmente, no Palácio das Laranjeiras, na tarde do dia 31, inclusive, acrescentando também o rompimento com o movimento dos marinheiros. (GASPARI, 2014).

Ainda que com todas as demonstrações de compromisso com as classes oprimidas, Goulart não gozava da confiança de setores mais radicais das esquerdas, principalmente as que eram ligadas ao Partido Comunista, tanto do movimento sindical quanto do movimento estudantil. Segundo Gaspari (2014, p. 88-89), a “esquerda temia que Jango a traísse”, o que levou as lideranças orientar suas bases, no dia 31 de março, evitar a radicalização, “pois Jango controlava a situação e poderia usar seu fortalecimento para golpear a esquerda”.

Sem, portanto, a confiança das esquerdas e abandonado por setores militares até então muito próximos, Jango deixa o Rio de Janeiro. Após breve passagem por Brasília, segue, nas primeiras horas do dia 2 de abril, para Porto Alegre. Segundo Ferreira e Castro Gomes (2014), ainda na madrugada do dia 2 de abril, mesmo antes de deixar o território nacional, o Senador Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, reunido no Congresso Nacional, declara vaga a Presidência da República. Ignorou os apelos do senador Tancredo Neves, que tentava adiar a declaração de Moura afirmando que o Presidente João Goulart não havia renunciado, mas estava, com todo o seu Ministério, reunido em Porto Alegre.

Na capital gaúcha, na madrugada do dia 2 de abril, com Brizola, três ministros, o general Ladário Telles e mais quatro generais do III Exército, Jango avalia o cenário dos prós e contra dentro das Forças Armadas e conclui que não há as mínimas condições para resistir. O cenário, dessa vez, era completamente adverso daquele de 1961, quando mobilizaram a população brasileira e receberam o apoio do III Exército em defesa da ordem constitucional. A ordem, desta vez, seria assegurar a “democracia”, evitando o caos que se instalaria com as esquerdas no poder. (CHAGAS, 1985; FERREIRA; CASTRO GOMES, 2014).

Compreendendo que a resistência seria sinônimo de derramamento de sangue, principalmente de civis, ainda que sob o protesto do deputado federal e cunhado, Leonel Brizola, Jango opta por deixar o país e exilar-se no Uruguai, para onde viaja no dia 4 de abril.

Segundo Ferreira e Castro Gomes, citando uma declaração de Brizola, Goulart (2014, p. 368) teria dito: “Eu verifico o seguinte. Que a minha permanência no governo terá que ser à custa de derramamento de sangue. Eu não quero que o povo brasileiro pague este tributo. Então eu me retiro. Peço a vocês que desmobilizem que eu vou me retirar”.

Conforme dispositivo Constitucional, o cargo de Presidente da República foi transferido ao Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Ranieri Mazzilli, do PSD. Porém, as primeiras ações do novo governo passariam a ser, de fato, exercidas pelo denominado Comando Supremo da Revolução, uma junta militar formada pelos comandantes do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, que lançaram, no dia 9 de abril, o AI nº 1.

Através do AI nº 1, o Congresso Nacional foi transformado em colégio eleitoral, com a função de eleger o próximo Presidente da República, o Comando Supremo da Revolução autorizado a cassar mandatos em qualquer nível e os poderes do Presidente da República ampliados. Além disso, o AI nº 1 suspendeu por seis meses a vitaliciedade dos magistrados e a estabilidade nos serviços públicos, criando as condições necessárias para ameaçar e/ou prender todos os que eram suspeitos de aproximação ou simpatia às ideias do regime comunista, bem como norteou a instalação dos Inquéritos Policial-Militares (IPM), que serviria de instrumento para investigar e criminalizar todos os suspeitos de críticos ao regime. (FAUSTO, 2010 e GASPARI, 2002). Segundo Ferreira e Castro Gomes (2014, p. 387), calcula-se em torno de cinco mil pessoas presas nas primeiras semanas após o golpe. “Na área sindical, sete em cada dez diretores de confederações e sindicatos de trabalhadores perderam seus mandatos”.

No dia 15 de abril, com mandato até 31 de janeiro de 1966, que estendeu depois até março de 1967, o Congresso Nacional elegeu – na verdade, oficializou – o marechal Humberto Castelo Branco como primeiro presidente de um regime que se estenderia até 1985 (FAUSTO, 2010).

Considerações finais

A bibliografia consultada demonstra como a formação cultural do povo brasileiro é extremamente conservadora e elitizada. O positivismo que formatou as forças de segurança nacional, em especial a militar, desde o Primeiro Império, foi reforçado pela concepção de democracia liberal capitalista imposta pelas doutrinas de segurança nacional de matriz norte-americana. Qualquer iniciativa no campo político-partidário e/ou sociocultural de aproximação com o pensamento contrário a esta democracia liberal devem ser rechaçadas a qualquer custo. Para isso não medem esforços e recursos, especialmente no que se refere à formação ideológica do povo. A utilização da mídia e do sistema educacional são os mais visados. No entanto, a ação das elites capitalistas em trabalhar suas concepções de democracia (liberal) contra outras possíveis concepções de democracia são trabalhadas, também, em várias outras dimensões das relações humanas, desde o sistema eleitoral, passando pelo sistema judicial e prisional, até as relações que se estabelecem nos locais de trabalho. Assim, tanto os partidos políticos, quanto os movimentos populares e sindicais de organização dos vários segmentos da classe trabalhadora são alvos da contrapropaganda da impossibilidade de uma outra democracia. A partir de algumas experiências socialistas, condenam todas as iniciativas que possam ameaçar a falsa democracia e ordem capitalista.

Referências

CHAGAS, Carlos. **A guerra das estrelas (1964-1984)**: os bastidores das sucessões presidenciais. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 1985.

DIAS, José de Souza. (Org.). **Santa Catarina em perspectiva**: os anos do golpe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2010.

FERREIRA, Jorge; CASTRO GOMES, Angela de. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GIANOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação sindical entre o conformismo e a crítica**. Coleção Educação Popular nº 6, São Paulo: Ed. Loyola, 1986, 325 p. (Tese de doutorado).

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

PACHECO, Diego. Derrotados e usurpados: os grupos dos onze companheiros. p. 61-86. In: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **Histórias na ditadura**: Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Editora UFSC. 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2014.

RIBEIRO, David Ricardo Sousa. **Da crise política ao golpe de Estado**: conflitos entre o poder executivo e o poder legislativo durante o governo João Goulart. Dissertação de Mestrado em História Social. USP, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19122013-144916/pt-br.php>>. Acesso em: 24 maio 2015.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília. **História da república brasileira – 1962/1963**: a fuga de João Goulart. Coleção História da República Brasileira, vol. 18. São Paulo: Editora Tres, 1998.

SIMÕES, Maria Lúcia. A Central Única dos Trabalhadores. In: **Caderno do CEAS nº 88** – novembro/dezembro – 1983, CEAS – Centro de Estudos e Ação Social – Salvador, BA.

Artigo recebido em 15/06/16. Aceito em 18/08/16.